



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA
CÂMARA TEMÁTICA DE GESTÃO DE RISCO AGROPECUÁRIO**

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 07/04/25

Horário: 15:00h

Local: Sala 007, térreo do edifício sede do MAPA, Brasília/DF

Formato da reunião: Híbrida

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura
Palavras da presidente
2. Informes da secretaria
Aprovação da memória da 3ª Reunião Ordinária (5 min)
3. Apresentação do questionário com propostas e sugestões para o plano safra
4. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário
5. Projeto do Banco Mundial: Mapeamento de Risco Agropecuário
6. Outros temas

Observação:

Inclusão de Entidades na Câmara: Os membros discutiram a inclusão de duas entidades na Câmara, o IRB e a ABRAMILHO. Todos concordaram com a inclusão da ABRAMILHO, mas a inclusão da IRB ainda precisa ser verificada.

TEMAS ABORDADOS

1. Abertura

O presidente da Câmara de Gestão de Risco, Vitor Ozaki, iniciou a reunião fazendo uma explicação sobre as propostas a serem encaminhadas à SPA.

2. Informes da secretaria

Aprovação da memória da 3ª RO da Câmara Temática de Gestão de Risco pelos membros. As próximas reuniões ordinárias estão agendadas para os dias 12/6, 18/9 e 11/12, além disso há a possibilidade de reuniões extraordinárias.

3. Apresentação do questionário com propostas e sugestões para o plano safra

Foram discutidas as propostas para o plano safra, encaminhadas previamente aos membros. A intenção é que as entidades votem a favor ou contra a inclusão de cada um dos pontos.

a. INOVAÇÕES

Inovações em Apólices

Foi discutida a inclusão do seguro rural como mitigador de risco nas operações de crédito rural, a obrigatoriedade de fornecimento de dados históricos pelos produtores e a inovação tecnológica para aprimorar as operações de seguros rurais, com redução de taxas de juros. Discutiu-se o caso de exclusão da cláusula beneficiária, o juro deve retornar ao valor anterior ou não haveria possibilidade de exclusão.

O fornecimento de dados históricos individualizados para gestão de risco gerou um debate sobre os desafios relativos à veracidade da informação e possibilidade de auditoria. Foi mencionada a importância de centralizar e correlacionar informações existentes para se avançar em novos produtos. Foi mencionada a necessidade de se ter um órgão responsável para centralizar as informações

O coordenador do GT 2 fará um relato das discussões em andamento no grupo referente à inovação tecnológica

b. APERFEIÇOAMENTOS

Modernização do Sistema de Informações do PSR

Incluir um adendo no PL 2951 para tornar as despesas obrigatórias, mas seguir com o orçamento no MAPA, assim o DEGER continua como gestor.

Melhorias no Sistema

Destacou-se a importância de modernização no sistema de informações do PSR, incluindo a integração de dados e a transparência das operações subvencionadas. Além da necessidade de uniformizar as bases de dados e incorporar o código do CAR e dados dos polígonos do empreendimento. Houve, ainda, a preocupação com o excesso de burocracia para o produtor no momento da contratação do seguro. Deve-se aperfeiçoar as bases de dados do PSR, incluindo o CAR/Polígono.

Transparência das Operações

Discutiu-se a necessidade de disponibilizar informações detalhadas sobre as operações subvencionadas na rede mundial de computadores. A ideia é aprimorar a transparência e a eficiência do programa.

Integração das Políticas de Gestão de Risco Rural: Integração de Políticas

Foi mencionado que o GT1 está trabalhando na integração das políticas de gestão de risco rural para otimizar a utilização dos recursos disponíveis. O objetivo é otimizar a utilização dos recursos disponíveis, garantindo que sejam alocados de forma eficiente e eficaz para atender às necessidades do setor agropecuário. Outro ponto, reduzir os limites de 270 para 100 mil reais visto que já há sobreposição entre o PSR e o PROAGRO.

Discutiu-se a priorização do teste piloto do ZARC-NM (nível de manejo) para a safra 2025/2026 no Paraná, destacando a importância de mitigar riscos de estiagem, identificando o perfil do produtor e a área cultivada. A Embrapa está envolvida no

desenvolvimento e validação do projeto. O objetivo é testar a viabilidade e eficácia do projeto antes de expandi-lo para outras regiões.

Na Câmara Temática de Modernização do Crédito será criado um grupo de estudo para modernização do marco regulatório com medidas referentes ao crédito, nova lei do Agro No 14.421/22, que atualmente está em processo de atualização.

c. DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS

Criação do fundo catástrofe. Apesar do baixo valor é um mecanismo importante e que deve ter o aporte repensado no futuro, bem como a origem dos recursos e os gatilhos no aporte das seguradoras.

Um grupo para avaliar o PL 2951 é prematuro, foi proposto um grupo para acompanhar a discussão e tramitação desse PL na Câmara dos Deputados. Foi sugerida a criação de um grupo de estudos para analisar o impacto da Lei 15.040 nas operações de seguro rural e no PSR, destacando a necessidade de clareza e uniformidade nas mudanças de regulamentação. Sugeriu-se convidar alguém para falar sobre o impacto da lei 15040.

Uniformidade nas Mudanças. Foi destacada a necessidade de clareza e uniformidade nas mudanças de regulamentação para evitar problemas na implementação da lei. A SUSEP está envolvida nas discussões sobre a regulamentação.

Criar um grupo de estudo para analisar a Lei Complementar No 213/2025. Contudo, a OCB se colocou contrária à criação do GT, mas está à disposição para informar a Câmara sobre o andamento da regulamentação referente ao seguro rural. A FENSEG disponibilizará a todos as sugestões apresentadas à SPA referentes ao Plano Safra.

4. Projeto Banco Mundial

Professor Gilson apresentou o projeto do Banco Mundial, liderado pela ESALQ. A ideia é constituir o índice de risco AgirAgro, desenvolvido a partir dos seguintes pilares de riscos: climáticos, socioambientais, institucionais e de mercado. O objetivo é entender a percepção do risco no âmbito nacional e nas diferentes regiões.

5. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário

João Nicanildo, da SPA, apresentou o Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário, destacando a importância de expandir a área segurada, introduzir seguros mais eficientes e modernizar as estações meteorológicas. O plano visa promover a inovação e a eficiência no setor agropecuário. Além disso, o plano inclui a introdução de seguros mais eficientes, como o seguro paramétrico, para melhorar a gestão de riscos e garantir maior segurança financeira para os produtores.

6. Outros temas

Relatos dos Grupos de Trabalho:

GT 1 - Jairo, coordenador do GT1, relatou que o grupo está fazendo reuniões semanais e já discutiu temas como Proagro, seguro agrícola e Plano Safra. Eles estão trabalhando para entregar um planejamento até junho.

GT 2 - Lucas, coordenador do GT2, mencionou reuniões com a Embrapa para discutir zoneamento agrícola e as dificuldades enfrentadas. Destacou que a solução para a gestão do risco agropecuário está mais relacionada à centralização e correlação das informações já existentes. Dessa forma, mencionou que a proposta inicial para criar uma nova plataforma foi descartada, agora o foco será em melhorar as ferramentas já existentes.

GT 3 e GT 4: Ainda sem avanços significativos, seguem trabalhando internamente.

Portarias do MDA sobre seguro rural

Questionou-se a publicação de 3 portarias do MDA que faziam referência a seguro rural. Representante do MDA esclareceu que as portarias tratam apenas do seguro do PROAGRO.

Programa de Subvenção para 2025

Diego, diretor do DEGER, informou que a Lei Orçamentária foi aprovada e deve ser publicada ainda esta semana. Em seguida será necessário aguardar o decreto de programação orçamentária para saber o recurso disponível para execução do programa de subvenção para 2025. Destacou a importância de receber sugestões e propostas das entidades para a alocação de recursos. Ele mencionou, ainda, que já receberam uma proposta da FENSEG e estão aguardando outras propostas, inclusive desta Câmara.

Projeto de Lei 2951

Célio Porto, FENSEG, atualizou sobre o andamento do Projeto de Lei No 2951, mencionando pressões do Ministério da Fazenda e da Susep para modificações. O projeto ainda precisa ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Encaminhamentos

Encaminhamento	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo
1.				
2.				

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras. As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>